

SAIBA MAIS

O que é o Projeto Cura?

O Projeto Cura foi implantado durante a primeira gestão do ex-prefeito Ivan Zimmer, no final da década de 70. Seu objetivo era preparar a estrutura urbana de Montenegro para acomodar um aumento populacional acelerado. A perspectiva criada pela instalação das empresas de segunda e terceira gerações do Pólo Petroquímico era de que a população aumentasse de pouco mais de 40 mil habitantes para 130 mil em poucos anos. Os recursos para sua aplicação foram obtidos através de um empréstimo junto ao Banco Nacional de Habitação (BNH), tendo o Governo do Estado como avalista.

Qual era o valor do empréstimo?

Na época, o Município financiou, em cruzeiros, o equivalente a 997.272 UPCs (Unidades Padrões de Capital).

Quais eram as garantias?

A caução das cotas-parte do retorno do ICMS a ser gerado pelas indústrias do Pólo Petroquímico, além do IPTU da área nova a ser urbanizada. Através de uma lei aprovada pela Assembleia Legislativa, o Estado se tornou fiador da operação de crédito.

Se o empréstimo fosse contraído hoje, qual seria o seu valor?

Em torno de R\$ 22 milhões.

Quanto deste valor já foi pago?

Segundo a Secretaria Municipal da Fazenda, já foram amortizados em torno de R\$ 14 milhões. Em virtude dos juros e dos serviços da dívida, o saldo ainda é de R\$ 60,6 milhões.

O Município foi obrigado a fazer o empréstimo?

Em tese, sim. Diante da expectativa de um grande aumento populacional gerado pela instalação do Pólo Petroquímico, era necessário preparar a cidade para receber seus novos moradores.

Por que o Pólo Petroquímico não deu o retorno esperado?

Porque na área de Montenegro deveriam se instalar as indústrias de terceira geração, que acabaram não vindo. Logo, não houve aumento na arrecadação de impostos. Além disso, centenas de famílias de trabalhadores que atuaram na construção do complexo passaram a residir em Montenegro quando os trabalhos foram concluídos e ficaram desempregados. Esta situação gerou um grande custo social, que até hoje requer pesados investimentos do poder público.

De que forma a dívida começou a ser paga pela Prefeitura?

Entre 1982 e 1994, o Estado pagou sozinho o compromisso que assumiu como avalista de Montenegro junto ao BNH. Já de 1994 a 2004, através de um acordo entre as partes o Estado pagou 80% do valor das prestações e o Município 20%.

Quando ocorreu o refinanciamento?

Em 29 de dezembro de 1998, foi assinado um novo acordo com o Estado. A Prefeitura assumiu o compromisso de quitar todo o débito em 30 anos e, havendo ainda saldo devedor, o mesmo será refi-

Pelos acordos de renegociação, as prestações devem corresponder a 1,4% da Receita Líquida Real do Município. Atualmente, são R\$ 87 mil por mês.

nanciado por mais 10 anos.

Qual é o indicador de correção da dívida?

O Índice Geral de Preços (IGP-DI), calculado com base na Tabela Price. E é justamente aí que reside o problema porque os valores pagos mensalmente representam apenas um quarto desta correção. Ou seja, para cada R\$ 1,00 pago, a dívida cresce R\$ 4,00.

Como foi fixado o valor da parcela mensal paga pelo município?

Pelo acordo de renegociação, o valor deve corresponder a 1,4% da Receita Líquida Real do município, o que hoje corresponde a R\$ 87 mil por mês.

Ocorreram outras negociações posteriores?

Sim. Em 15 de junho de 2004, o município de Montenegro e o Governo do Estado firmaram um novo acordo. Na época, o saldo devedor era de R\$ 44,5 milhões e o prazo de pagamento começou a contar novamente, num total de 360 parcelas mensais. Ficou acertado também que, havendo saldo residual, o prazo poderá ser acrescido em mais 120 meses. Também aí o limite das prestações ficou em 1,4% da RLR.

Que obras foram realizadas com o dinheiro do financiamento?

O Centro Cultural, que compreende a Biblioteca Pública e o prédio da Fundação Municipal de Artes (Fundarte); o prédio da Secretaria Municipal da Saúde; as escolas Cinco de Maio, José Pedro Steigleder e Walter Belian. Também o Centro Infantil, hoje Gente Miúda; as praças São Pedro e São João; o quartel do Corpo de Bombeiros e dezenas de obras viárias, entre elas as avenidas Júlio Renner e Ernesto Popp.

Para resolver o problema, o que o Município propõe?

Que o Estado, na condição de avalista, conceda ao Município a remissão de 75% do saldo devedor do financiamento, permanecendo sob a responsabilidade de Montenegro 25% da dívida restante junto à Secretaria da Fazenda do Estado, deduzidos os valores já amortizados. Além disso, que o governo gaúcho priorize, através da concessão de incentivos fiscais, a instalação de novas empresas no distrito industrial situado em Montenegro, para que gerem receitas adicionais, compensando o problema financeiro que a implantação do Pólo Petroquímico provocou.